

Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada *queer* interseccional e decolonial (texto base para o dossiê “Memória, Museologia LGBTQIA+ e Museus Nacionais”)

Jean Tiago Baptista,* Tony Boita,** Geanine Vargas Escobar,*** Caio de Souza Tedesco,**** Marta Quintiliano***** e Lucas Ribeiro*****

* Docente do bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Pós-doutor pelo Institute for Gender, Sexuality and Feminist Studies (IGSF-McGill University, Montreal, Canadá, 2019). Doutor (2007) e mestre (2004) em História Ibero-americana, além de bacharel e licenciado em História (2001) pela PUCRS. Integra o Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq), a Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social e a Rede de Historiadores(as) LGBTQIAP+. Indígena em retomada e gay, nascido e criado nas periferias de Porto Alegre. E-mail: jeantb@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6013-4073>.

** Doutor em Comunicação (2022), mestre em Antropologia (2017) e bacharel em Museologia (2015) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Gestão Cultural (2019) e Psicanálise (2023). De 2018 a 2022, foi diretor dos museus Ibram de Goiás (Museu das Bandeiras, Museu Casa da Princesa e Museu Sacro da Boa Morte). Docente do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe, pesquisador do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq) e integrante da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social. Nascido em comunidade ribeirinha, no Vale do Araguaia, e criado na periferia de Porto Alegre. É gay e autista. E-mail: tonyboita@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3780-2157>.

*** Doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro (UA) e doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Especialista em Estudos Culturais - Comunicação e Cultura (UA/UMINHO). Conservadora-restauradora de bens culturais e mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). É coordenadora do Grupo de Estudos "Sociomuseologia, Gênero, Raça e Classe" (Somus-Interseccional) no âmbito da Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural. Integra o projeto “Gênero e Performance” (GECE) do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC-UA) e a Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). É co-fundadora do Coletivo Zanele Muholi de Lésbicas e Bissexuais Negras (Lisboa, Portugal), membro do Coletivo Epifania e co-coordenadora do Núcleo de Curadoria e SocioMuseologia do Coletivo EPF (Porto, Portugal). Nascida no estado do Rio Grande do Sul, e criada na Vila Urlândia, periferia de Santa Maria. É lésbica negra, ativista-acadêmica, curadora, produtora cultural e audiodescritora. E-mail: geaninevescobar@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-1889-3428>.

****Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), mestre (2022) e licenciado (2019) em História pela mesma Universidade. Transativista, curador, professor de história e pesquisador. Integra o Centro de Referência da História LGBTQIAP+ do Rio Grande do Sul (CLOSE), o Grupo de Estudos e Pesquisa de Gênero e História do IFCH/UFRGS (GENHI), a Rede de Historiadores(as) LGBTQIAP+, a Rede LGBT de Memória e Museologia Social e o Coletivo Homens Trans em Ação (HTA). É pesquisador do grupo de pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). Homem trans, bissexual, homossexual, branco e da classe trabalhadora. Pronomes: ele/dele. E-mail: caiostedesco@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0367-7979>.

***** Doutoranda em Antropologia Social, mestre em Antropologia (2019), bacharel em Relações Públicas (2014) e acadêmica em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. É pesquisadora do grupo de pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). É presidenta da Associação Quilombola Vó Rita, membra da Coletiva de Mulheres Indígenas e Negras Quilombola. Mulher, preta e quilombola do Quilombo Vó Rita. E-mail: caroemubuntu@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0086-6667>.

***** Acadêmico em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), oriundo da Comunidade Tradicional Quilombola Limoeiro (Entre Rios/BA), membro do Movimento Negro Unificado (MNU), membro do Movimento Nacional dos Estudantes Quilombolas (MOVNEQ), secretário nacional LGBTQIA+ da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), idealizador da Rede Museologia Kilimbola e da Medalha Pela Reparação da Memória Negra da Museologia Neyde Gomes de Oliveira, homenagem à primeira museóloga negra do Brasil. É pesquisador do grupo de pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). E-mail: lucas.ribeiro@aluno.ufrb.edu.br. <https://orcid.org/0009-0001-6791-075X>.

Recebido em: 31/01/2023
Aprovado em: 16/03/2023

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da investigação realizada pelo grupo de pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq) sobre a matriz de sexualidade e suas intersecções em gênero, raça/cor/etnia e classe vigente em trinta unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A partir de uma análise *Queer* orientada pela interseccionalidade, propõe-se uma leitura decolonial interessada em provocar políticas públicas comprometidas com uma museologia que supere a matriz heterossexual, cis, máscula, branca e elitista que vigora nos museus da autarquia.

Palavras-chave

Interseccionalidade; Teoria Queer; Decolonialidade; Museologia; Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Abstract

This paper presents the results of the research carried out by the research group Museology and Sexuality (MusaSex/CNPq) on the sexuality matrix and its intersections in gender, race/color/ethnicity and current class in thirty museum units of the Instituto Brasileiro de Museus (Brazilian Institute of Museums). Based on a Queer analysis guided by intersectionality, a decolonial reading is proposed, interested in provoking public policies committed to a museology that overcomes the heterosexual, cis, masculine, white and elitist matrix that prevails in the autarchy.

Keywords

Intersectionality; Queer Theory; Decoloniality; Museology; Instituto Brasileiro de Museus

Qual é a matriz vigente nas trinta unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) no que diz respeito às intersecções entre sexualidade, gênero, raça/cor/etnia e classe?¹ Qual o lugar da memória e história LGBTQIA+ interseccionada no Ibram e nos seus museus? E, sobretudo, qual lugar tais memórias e histórias poderiam vir a ocupar mediante uma guinada queer interseccional e decolonial nos museus Ibram?

A partir de tais problemáticas, nós, integrantes do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq), dedicamo-nos desde 2022 a promover uma análise sobre trinta espaços museológicos do Ibram a partir de questões queer interseccionadas por

¹ Embora a Lei nº 11906/2009 aponte que são 27 unidades museológicas administradas pelo Ibram, para fins didáticos desta pesquisa optamos por separar as unidades Palácio Rio Negro do Museu da República, bem como os museus Cláudio Souza e Casa Geyer do Museu Imperial, totalizando, assim, trinta espaços administrados pelo instituto. Estes espaços estão distribuídos em quatro regiões do país e em nove estados da federação. Majoritariamente, estão localizados no Estado do Rio de Janeiro, onde se encontram 16 equipamentos museais. Em seguida, seis museus estão no Estado de Minas Gerais. Os demais estão distribuídos entre Goiás, totalizando três, enquanto Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Maranhão, Espírito Santo e São Paulo contam cada um desses estados com um museu vinculado à autarquia.

sexualidade, gênero, raça/cor/etnia e classe. Objetiva-se, com isso, produzir um estudo capaz de avaliar a presença do *pacto LGBTfóbico* na autarquia, considerando o modo como essa absorve (ou não) os avanços no campo da Museologia LGBTQIA+ brasileira. Pensamos, com isso, contribuir com o Ibram enquanto órgão responsável pela geração de políticas públicas museais interessadas na superação da LGBTfobia e suas intersecções com a misoginia, o racismo e o classismo, em especial tendo em vista a construção de um país mais justo e com sua democracia fortalecida. Afinal, segundo o Estatuto de Museus, os museus devem estar “a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento” e ter como princípios a valorização da dignidade humana, da cidadania e garantir uma função social.²

Vale apontar que não entendemos os esforços de superação da LGBTfobia como ações orientadas pela boa vontade de sujeitos, mas, sim, como meios para se valer a lei. De fato, o Brasil criminalizou a LGBTfobia em 2019 quando o Supremo Tribunal Federal a atrelou à Lei de Racismo (7716/89).³ Desde então, a Carta Magna considera crime a “discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. É por este motivo que utilizamos a sigla LGBTQIA+ em nossos estudos, uma vez que esta é a forma vigente no campo da Justiça e Políticas Públicas, indicando a existência de múltiplas outras identidades que reivindicam seu lugar no campo das sexualidades dissidentes, tal como se vê nas siglas que a cada ano se renovam para representar a comunidade em questão.

Para iniciarmos a análise, provocamos uma triangulação entre os conceitos provindos da Teoria Queer, de abordagens interseccionais e de críticas decoloniais. Desse modo, compreendemos a sociedade contemporânea regida por uma matriz sexual propositora de uma cisheteronormatividade onde se imprimem corporeidades, papéis de gênero e performances a serem perpetuadas em hierarquias e estratificações sociais. Parte considerável desta matriz obedece à manutenção de um modelo de “masculinidade hegemônica” ocidental, a se expandir como sistema imperialista desde a colonização.⁴

² Cf. BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.

³ BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 Jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 27 Mai 2022.

⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Trad. de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25-27; 195-201; RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Bagoas*, nº 5, 2010, p. 38; SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro (RJ): Autêntica, 2015; CONNELL, Robert. “Políticas da masculinidade”. *Educação & Realidade*, vol. 20, nº 2, 2017; CONNELL, Robert. W.; MESSERSCHMIDT, James. W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 21 nº 01, 2013.

Não se encerra, aqui, a problemática da formulação de matrizes sociais, em especial a partir das proposições de intelectuais como Audre Lorde,⁵ bell hooks,⁶ Patricia Hill Collins,⁷ Avtar Brah,⁸ Angela Davis,⁹ Lélia Gonzalez,¹⁰ Karla Akotirene,¹¹ e, sobretudo, Kimberlé Crenshaw.¹² Ao enfrentar de modo crítico as feministas brancas, marcadamente cercadas de privilégios capitalistas e indiferentes às singularidades e epistemologias negras, a interseccionalidade do feminismo negro alcança a Teoria Queer em críticas onde se evidenciam que pessoas brancas e burguesas, ainda que *gays* ou lésbicas, vivem de modo radicalmente distinto das demais LGBTQIA+ interseccionadas. Assim demonstram diversos estudos Queer of Color,¹³ Queer Indigenous Studies,¹⁴ Queer BIPOC, Queer negras,¹⁵ Cuir/Kuir,¹⁶ Queerlombola,¹⁷ entre outras abordagens queer construídas sem ter o branco e o acúmulo de capital como referência.

⁵ LORDE, Audre. “Age, race, class and sex: women rede ning di erence”. Paper delivered the Copeland Colloquium, Amherst College, Reproduced in: *Sister Outsider Crossing Press*, California, 1984.

⁶ hooks, bell. *Feminist Theory from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

⁷ COLLINS, Patricia Hill. “Traços distintivos do pensamento feminista negro”. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (orgs.). *Gênero e Performance: textos essenciais*. Aveiro: Gracio Editor, 2019, p. 91-132. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/27705/1/GECE-Vol2.pdf>. Acesso em: 27 Jan. 2023.

⁸ BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu [online]*, 2006.

⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁰ GONZALES, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1987.

¹¹ AKOTIRENE, Karla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019.

¹² CRENSHAW, Kimberlé. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero” (2012). Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 20 Mar 2019.

¹³ FERGUSON, Roderick. “Queer of Color Critique”. *Oxford Research Encyclopedia of Literature*, vol. 1, nº 1, p. 1, 28 Mar. 2018. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190201098.013.33>; Cf. FERGUSON, Roderick. *Aberrations in Black: Toward a Queer of Color Critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

¹⁴ Cf. ROSCOE, Will. *Living the spirit: a gay american indian anthology*. Nova York: St. Martin’s Press, 1988; ROSCOE, Will. *The Zuni Man-Woman*. University of New Mexico Press, 1991; CAMPUZANO, Giuseppe. “Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... el Museo Travesti del Perú”. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, vol. 3, nº 4, 2012; DRISKILL, Qwo-Li; FINLEY, Chris; GILLEY, Brian; MORGENSEN, Scott. *Queer Indigenous Studies: critical interventions in theory, politics, and literature*. Tucson: The University of Arizona Press, 2011; BAPTISTA, Jean Tiago. “‘Machorras’ e ‘afeminados’ indígenas: corpos abjetos nas missões e Paraguai”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 29, nº 3, p. 1-15, 2021; BAPTISTA, Jean. “Entre o arco e o cesto: notas queer sobre indígenas heterocentros nos museus e na museologia”. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 61, nº 17, p. 43-65, 2021.

¹⁵ ORTEGA, Arjonilla Esther (Mayoko). “Nós, Negras, sempre fomos queer” (Trad. de Geanine Escobar). In: BAPTISTA, Maria Manuel & CASTRO, Fernanda (Eds.). *Gênero e performance: textos essenciais 5*. Coimbra: Grácio Editora, 2022; ESCOBAR, Geanine. “Por uma museologia lésbica negra”. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 61, nº 17, 2021; LOPES JUNIOR, Jorge Luis. *Pelo direito à lembrança: identidades LGBT's negras nas performances da memória*. Monografia de graduação em Museologia. Ouro Preto: Escola de Direito, Turismo e Museologia/UFOP, 2022.

¹⁶ FALCONÍ, Diego. “Queer/cuir/cuy(r) in Latin America. Accidents and misunderstandings in Ena Lucía Portela’s narrative”. *Mitologías Hoy*, vol. 10, p. 31; 95, 2014.

¹⁷ OLIVEIRA, Gio de; RIBEIRO, Karla; PIETRANTÔNIO, Mayara. “Queerlombos” (Edytorial). *Revista Queerlombos*, nº 1, 2021.

Quando se pensa uma leitura queer museológica pautada na interseccionalidade, ampliam-se os horizontes decoloniais. De fato, valemo-nos do conceito de *decolonialidade*, inicialmente proposto por Quijano¹⁸ e Mignolo,¹⁹ especialmente criticado por Ballestrin²⁰ e, sobretudo, enfrentado contra-colonialmente por Antônio Bispo dos Santos.²¹ Desse modo, não perdemos de vista que a “matriz de poder” a ser decolonizada é, antes de tudo, orientada pela interseccionalidade. Para nós, portanto, o que está em jogo no debate da decolonialidade é justamente a codificação crítica da produção de hierarquias pautadas na sexualidade, gênero, raça/etnia/cor e classe, elementos que embora separados por vírgulas constituem um só estrato, o dos corpos e epistemologias abjetos.

Propomos, com isso, que não é possível pensar uma decolonização sem uma análise profunda interseccional orientada por corpos que possuam epistemologias e identidades próprias de grupos minoritários. Só não se ri quando se encontram artigos, dossiês temáticos, exposições ou eventos acadêmicos discutindo decolonialidade com bibliografia, curadoria, ocupação de mesas e direito à fala majoritariamente cis, hétero, másculo, branco ou burguês-centrado por se tratar de uma “violência epistêmica”, conforme termo cunhado por Spivak.²² Como ainda é possível encontrar produção intelectual pautada na absoluta exclusão ou desequilíbrio de corpos e epistemologias interseccionadas? Para além do *tokenismo* ou escutas cínicas, é preciso entender que não existe decolonialidade sem que os corpos e epistemologias dominantes tornem-se coadjuvantes.

Falamos aqui da adesão de uma museologia associada a problemáticas contemporâneas, como bem aponta Judite Primo,²³ com a amplitude social originada nos Fóruns Nordestinos de Museus,²⁴ e sem perder de vista as diretrizes documentais recentes dos Pontos de Memória, de Fóruns Nacionais de Museus e das redes próprias do campo da

¹⁸ QUIJANO, Aníbal, “La colonialidad del poder y la clasificación social”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSGOUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

¹⁹ MIGNOLO, Walter, “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSGOUEL, Ramón (eds.), Op. cit.

²⁰ BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política* (online), 2013.

²¹ SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCT/UnB, 2015.

²² SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014; e “The Rani of Sirmur: an essay in reading the archives”. *History and Theory*, vol. 24, nº 3, 1985, p. 247-272.

²³ PRIMO, Judite. “Os desafios contemporâneos na investigação em Sociomuseologia”. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 58, nº 14, 2019, p. 3-17.

²⁴ ROCHA, Ana Karina Calmon de Oliveira. *Construção e disputas do campo Museologia no Brasil: os fóruns nordestinos (1988 - 1996)*. Tese de doutorado. Lisboa: Curso de Museologia/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2020.

Sociomuseologia,²⁵ tal qual a Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social e as outras mais que não sejam LGBTfóbicas, racistas ou classistas — pois, de fato, é possível existir sujeitos e redes que podem até mesmo trabalhar com conceitos da Sociomuseologia ou Museologia Social, mas que, na prática, excluem grupos interseccionados. Ao mesmo tempo, o diálogo decolonial necessita de uma “historiografia transgressora”, nos termos de Caio Tedesco,²⁶ superando, assim, a história LGBTfóbica que ainda se encontra sólida nos museus, como se demonstrará.

A metodologia empregada nesta pesquisa se dividiu em duas etapas. A primeira, de caráter quantitativo, concentrou-se em nomes, missões institucionais, exposições de longa duração e musealização dos espaços nas trinta unidades museológicas da autarquia. De posse dos dados resultantes, quantificamos a matriz sexual, de gênero, racial e de classe vigente no Ibram; em seguida, de modo qualitativo, produzimos uma análise queer interseccional, tendo em vista uma decolonização da memória e história representada nos museus Ibram.

Dois avisos iniciais. Primeiramente, sabemos que as equipes de cada unidade museológica desenvolvem uma série de ações para superar a matriz colonial vigente nas unidades onde atuam, como exposições de curta duração, publicações, eventos ou ações educativas — mas o que aqui se está discutindo são os aspectos estruturais, e não as conjunturas. Em seguida, cabe apontar que, na correspondência trocada com o Ibram, os técnicos que gentilmente nos atenderam salientaram que muitas das unidades encontram-se com revisão de seus planos museológicos e que, portanto, as missões hoje oficiais podem estar em revista. Este artigo, subsídio à abertura da chamada do dossiê “Memória, Museologia LGBTQIA+ e museus nacionais” nesta importante revista, deseja somar uma preocupação a mais nessas revisões, além de tantas que as instituições já possuem: a problemática do esquecimento de minorias políticas na construção da memória nacional.

²⁵ PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. *Museologia decolonial: os pontos de memória e a insurgência do fazer museal*. Tese de doutorado. Lisboa: Curso de Museologia/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018, p. 299-300.

²⁶ TEDESCO, Caio. “Por uma historiografia transgressora: problematizando a operação historiográfica no National Museum: LGBT History and Culture”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 11, nº 21, 2022, p. 182–208.

Matriz de sexualidade vigente nos museus Ibram

Iniciamos esta pesquisa mediante a análise dos nomes, missões institucionais, exposições de longa duração e/ou musealização dos espaços de trinta museus Ibram no que diz respeito à categoria de *sexualidade*.

Empregamos inicialmente o conceito de *sexualidade* proposto por Michel Foucault. Ou seja, entendendo-a enquanto elemento fundamental para qualquer sistema moderno de poder; um “dispositivo” usado para exercício e manutenção de forças que produzem o controle social e historicamente verificável em diversas manifestações heterogêneas, como programas de instituições.²⁷ Mediante crítica butleriana à Foucault, percebemos que as categorias de sexo/gênero, supostamente definidas biologicamente, são, em verdade, construções ficcionais, tal qual aponta Preciado.²⁸ Desse modo, doravante entendemos sexualidade e gênero enquanto construções sociais interessadas na manutenção de um sistema de poder que não encontra qualquer sustentação senão em si mesmo.

Desde que proposta enquanto categoria crítico-analítica interessada em “tirar a museologia brasileira da reserva técnica”,²⁹ a Museologia LGBTQIA+ demonstra que a sexualidade vigente nos museus brasileiros não somente nos exclui, mas também contribui para a violência LGBTfóbica estrutural brasileira. Assim tem sido expresso em ações no Museu de Favela (MUF),³⁰ nas publicações da *Revista Memória LGBTQIA+*,³¹ nas práticas da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social, no Seminário Museus, Memória e Museologia LGBTQIA+ e em instituições construídas por nossas comunidades,

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 242-276; *A ordem do discurso*. Edições Loyola: São Paulo, 2011, p. 17; *História da sexualidade*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022, p. 80-91.

²⁸ PRECIADO, Paul B. “Lettre d’un homme trans à l’ancien régime sexuel”. *Libération*, 15 Jan. 2018a. Disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2018/01/15/lettre-d-un-homme-trans-a-l-ancien-regime-sexuel_1622570. Acesso em: 01 Out. 2020.

²⁹ BOITA, Tony; WICHERS, Camila Moraes. “Quando a memória LGBT sai da reserva técnica: mapeamento preliminar dos museus, patrimônios e iniciativas comunitárias em memória e museologia social”. In: Seminário Brasileiro de Museologia, 3., 2017, Belém do Pará. *Anais (...)*. Belém do Pará: UFPA, 2017.

³⁰ BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. “Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero e orientação sexual”. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, Unochapecó, vol. 41, nº 27, 2014, p. 175-192.

³¹ Cf. BOITA, Tony Willian. *Memória LGBT: mapeamento e musealização em revista*. Trabalho de conclusão de curso de graduação de Museologia. Goiânia: UFG, 2014; BOITA, Tony; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina. “Memória LGBT em revista: um periódico na luta contra a invisibilidade”. *Museologia e Patrimônio*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio/MAST, 13 (2), 2020.

como o Museu Transgênero de História da Arte (MUTHA) e o Ponto de Memória Aquenda as Indacas.³²

Desse modo, a importância da identificação da presença do marcador sexualidade nos museus se justifica, antes de tudo, por poder contribuir na defesa de nossas vidas — lembrando que vivemos em um dos países que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo.

O primeiro passo, portanto, desta pesquisa foi interrogar qual seria a sexualidade vigente nos museus Ibram, ao que se identificou dezenove instituições com nomes, missões, exposições de longa duração e/ou espaços musealizados dedicadas a personalidades, espaços e/ou famílias que sofreram a heterossexualização compulsória de sua história e memória:

1) Museu Villa-Lobos; 2) Museu Victor Meirelles; 3) Museus Castro Maya; 4) Museu Casa de Benjamin Constant; 5) Museu Cláudio de Souza; 6) Museu Lasar Segall; 7) Museu do Ouro/Casa de Borba Gato; 8) Museu Forte Defensor Perpétuo; 9) Museu Casa de Hera; 10) Palácio Rio Negro; 11) Museu Imperial; 12) Casa Geyer; 13) Museu Regional de Caeté; 14) Museu Regional Casa dos Ottoni; 15) Solar Monjardim; 16) Museu Histórico de Alcântara; 17) Museu Regional São João Del Rei; 18) Museu do Diamante; 19) Museu da Inconfidência.

Ao que se pode apontar que 63,3% (19/30) dos museus Ibram heterossexualizam seus conteúdos. Se incluirmos neste conjunto os quatro museus Ibram dedicados à arte sacra (Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Museu das Missões, Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e Museu de Arte Sacra de Paraty), todos exclusivamente católicos (ou seja, patriarcais), o total de missões de museus Ibram orientados pela matriz heterossexual chega a 76,6% (23/30).

Observa-se que a centralidade na heterossexualidade se associa à matriz de gênero (a ser analisada no próximo tópico), pois todos os museus dedicados a heterossexuais são, também, voltados a sujeitos cis. Ou seja, a matriz sexual dos museus Ibram é cisheterossexual.

A análise da categoria sexualidade também tornou possível extrair um primeiro aspecto da matriz familiar vigente nas missões dos museus Ibram: uma família cisheterossexual.

³² BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean; HABIB, Ian; SABARÁ, Débora. “Museologia comunitária LGBTQIA+: Museu Transgênero de História da Arte e Ponto de Memória Aquenda as Indacas no ensino de Museologia”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 11, nº 21, 2022.

Ainda, questionamos a presença de sexualidades dissidentes nas missões institucionais, ao que foi encontrado apenas uma que as considera: no Museu das Bandeiras, a missão reescrita em 2020 assume o compromisso com a “valorização da diversidade cultural e sexual”.³³

Vale apontar que o Ibram foi ao menos duas vezes provocado a atuar no combate à LGBTfobia.³⁴ Quando a exposição *QueerMuseu* foi censurada em 2017 na cidade de Porto Alegre, duas redes do campo museológico solicitaram um posicionamento do Ibram e de seu Comitê Gestor, a saber, a Rede de Cientistas e Docentes do Campo da Museologia e a Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social. Por meio de ofícios enviados ao Ibram em 2017 e 2018, as redes, respectivamente, solicitaram a realização de medidas anti-LGBTfobia, sugerindo-se que se elegeisse o tema LGBTQIA+ para uma Primavera nos Museus, entre outras sugestões. Desejava-se, com isso, seguir o sucesso de edições anteriores dedicadas a minorias, tal qual ocorreu com a edição V, “Mulheres e memórias” (2011), a VII, “Museus, memória e cultura afro-brasileira” (2013) e na IX, “Museus e memórias indígenas” (2019). Nessas ocasiões, o evento se revelou uma potência para produção de novos olhares, desenhos e superações de discriminações contra mulheres, negros e indígenas.

Porém, no que se refere à proposta “Por uma Primavera nos Museus LGBTQIA+”,³⁵ as solicitações enviadas pelas redes de museologia não foram atendidas.

No que diz respeito à questão LGBTQIA+, até o momento foram localizados apenas seis museus Ibram que deram passos significativos em suas ações, a saber: 1) Museu das Bandeiras: primeiro museu Ibram a abrigar uma exposição dedicada à comunidade LGBTQIA+ (*Do babado*, 2012) e a incluir pela primeira vez em um museu da autarquia as categorias de sexualidade e gênero em uma missão;³⁶ 2) Museu Victor Meirelles: realizou em 2019 o IV Seminário de Política de Acervos: memórias e patrimônios LGBT, evento que gerou uma edição na revista *Ventilando Acervos*, também pertencente à instituição, além de em 2021 ter sido um dos organizadores do III Seminário Museus, Memória e Museologia LGBTQIA+, realizado em parceria com a Rede LGBTQIA+ de

³³ BOITA, Tony. “Museologia LGBT aplicada: uma experiência de gestão no Museu das Bandeiras”. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 61, nº 17, 2021 p. 85-108.

³⁴ BOITA, Tony. *Comunicação comunitária e sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT*. Tese de doutorado em Comunicação. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2022.

³⁵ BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. “Por uma Primavera nos Museus LGBT”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 7, nº 13, 2017, p. 252-262.

³⁶ BOITA, Tony. “Museologia LGBT aplicada: uma experiência de gestão no Museu das Bandeiras”. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 61, nº 17, 2021.

Memória e Museologia Social e o bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina; 3) Museu da República: realizou a exposição temporária *Clóvis Bornay: 100 anos*, a segunda (e até agora, última) exposição dedicada à temática LGBTQIA+ em um museu do Ibram;³⁷ 4) Museu do Diamante: realizou em 2020 uma série de ações no mês do Orgulho, convidando artistas queer de diversas vertentes para se apresentarem na instituição;³⁸ 5) Museu Histórico Nacional: promoveu em 2022 um encontro online com profissionais de museus, história e patrimônio que investigam a questão LGBTQIA+, além de ter aprovado este dossiê e ter incluído dois objetos em suas exposições temporárias — uma camisa arco-íris do Vasco e a placa de Marielle Franco;³⁹ 6) Museu da Abolição: já tendo recebido pessoas trans como palestrantes, exposto obras de artistas queer e realizado eventos com membros da comunidade Ball Culture.

Matriz de gênero vigente nos museus Ibram

O passo seguinte da pesquisa foi interrogar qual a matriz de gênero que vigora nos museus Ibram.

Primeiramente, buscamos identificar quais museus possuíam nomeações dedicadas a homens cisgêneros, ao que se obteve o seguinte resultado:

- 1) Museu Villalobos; 2) Museu Victor Meireles; 3) Museus Castro Maya; 4) Museu Casa de Benjamin Constant; 5) Museu Cláudio de Souza; 6) Museu Lassar Segall; 7) Museu do Ouro/Casa de Borba Gato.

Ou seja, 23,3% (7/30) dos museus Ibram possuem seus nomes diretamente vinculados à memória de homens cis. Se somarmos a este resultado, tal qual fizemos no indicador de sexualidade, os quatro museus de arte sacra pelo motivo de serem de orientação católica (e, portanto, cisheteropatriarcais), o resultado aumentaria para 36,7% (11/30).

Ainda, consideramos incluir neste valor os museus que não se dedicam de modo explícito a homens cis em suas missões, nomeações ou exposições de longa duração, mas

³⁷ CHAGAS, Mário. “Clóvis Bornay: singular e múltiplo”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 11, nº 21, 2022.

³⁸ Cf. <https://museudodiamante.museus.gov.br/?s=lgbt>.

³⁹ COSTA, Carina Martins; SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. “Placa da ‘rua Marielle Franco’”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro et al. *Histórias do Brasil: 100 objetos do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2022.

que possuem na musealização de seus espaços uma predominância de representações cismasculinas:

1) Museu Imperial; 2) Museu da República; 3) Museu Histórico Nacional; 4) Palácio Rio Negro; 5) Museu do Diamante; 6) Museu da Inconfidência; 7) Museu Histórico de Alcântara; 8) Museu Nacional de Belas Artes; 9) Museu das Bandeiras; 10) Museu Regional São João Del Rei; 11) Museu Regional do Caeté.

Considerando a musealização dos espaços, portanto, alcança-se o total de 73,3% (22/30) de museus Ibram orientados pela masculinidade hegemônica.

Identificamos também que, em museus de tipologia histórica, vigora uma narrativa másculo-centrada, com efusivas alusões à “expansão portuguesa” (jamais tratada como invasão) e enfoque excessivo em homens da monarquia, igreja, exército, escravagistas, genocidas, industriais, fazendeiros e/ou políticos.

Associam-se a esta centralidade do cismasculino narrativas pautadas em batalhas e uma grande quantidade de armas expostas. Também é recorrente ter retratos enfileirados de homens que tenham feito parte de determinada família ou ocupado cargo político.

Certamente, deve-se a centralidade do cismasculino à noção de história que era hegemônica nas décadas em que foram musealizados os espaços ou construídas as exposições de longa duração. Naturalmente, esses homens fizeram parte da história política do país, mas, atualmente, é possível pensar uma narrativa da história nacional que não seja exclusivamente focada ou parta dos mesmos, ou menos ainda LGBTfóbica.

Homens bandeirantes são uma recorrência nos museus Ibram, associando-se à masculinidade o uso da força bruta. No caso da Casa de Borba Gato, anexo do Museu do Ouro,⁴⁰ e do Museu das Bandeiras, ocorre um fenômeno interessante: os esforços das equipes depuraram o conteúdo efusivo aos genocidas e escravagistas das missões, exposições de longa duração e até mesmo dos espaços, mas restaram as nomeações das unidades, estão a aguardar o dia em que sejam renomeadas a partir de perspectivas humanitárias contemporâneas.

⁴⁰ Cabe ressaltar que a Lei nº 11.906/2009 denomina o espaço como Museu do Ouro/Casa de Borba Gato. Mas no plano museológico de 2019 o define como um anexo, bem como, refuta a hipótese de que o espaço tenha alguma relação com o bandeirante que faleceu em 1718, antes da construção da casa.

No Museu Nacional de Belas Artes, um aspecto recorrente: ali, as poucas artistas mulheres (e todas cisgêneras), como Georgina de Albuquerque e Tarsila do Amaral, aparecem somente quando se adentra na contemporaneidade, ao passo que o restante da exposição, sobretudo no conteúdo dedicado ao século XIX, é dominado por artistas homens cis.

Em uma análise qualitativa, observou-se a presença de mulheres cisgêneras em algumas instituições, como no Lasar Segall, contando com a presença de Jenny Segall, e no Benjamin Constant, com Maria Joaquina. Em boa parte dos casos analisados, as mulheres estão representadas de modo subalterno, na qualidade de esposas, progenitoras de filhos ou herdeiras de homens que lideram a narrativa. Ainda, quando se apresentam as divisões dos espaços nos museus casas, como ocorre no Museu Histórico de Alcântara, elas são incluídas nas exposições a realizar “afazeres femininos”, como o bordado.

Questionando, ainda, quais museus Ibram possuem em suas missões a categoria “gênero”, encontrou-se apenas uma instituição, o Museu das Bandeiras. Em seguida, procurou-se identificar quais museus Ibram possuem seus nomes e/ou missões dedicadas à memória de personalidades femininas, ao que não se obteve qualquer resultado (0%). Nota-se que o caso do Museu Casa da Princesa, em Goiás, apesar de possuir uma aparente referência à personalidade feminina em sua nomeação, esse não possui, de fato, nenhum dado histórico ou de conteúdo que remonte a qualquer personalidade feminina, princesa ou não.

De modo focal em nossa pesquisa, procuramos encontrar museus Ibram que tenham realizado atividades ou incluído de algum modo o debate sobre as lesbianidades. Cabe apontar que este tema já é teorizado pela Museologia LGBTQIA+,⁴¹ como bem se vê no primeiro texto sobre a temática, de Treyce Goulart,⁴² e nas recentes proposições de uma “Museologia lésbica negra”, de Geanine Escobar,⁴³ e de “Museologia sapatão”, de Victoria Lobo.⁴⁴ Nesses casos, somando-se ao questionamento levantado sobre a ausência ou objetificação de mulheres negras nos museus e na museologia,⁴⁵ as autoras questionam o

⁴¹ LADEIA, Mayara Lacal Cunha. *Do movimento à teoria: investigando a construção e a aplicabilidade da museologia LGBT em espaços de memórias dissidentes*. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Museologia. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

⁴² GOULART, Treyce Ellen. “Entre as mulheres, eu sou negra, entre as negras, eu sou lésbica”. *Revista Memórias LGBT*, Goiânia, vol. 1, nº 1, Nov. 2013, p. 7-10.

⁴³ ESCOBAR, Geanine. “Por uma museologia lésbica negra”. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 61, nº 17, 2021.

⁴⁴ LOBO FERNANDES, Vitória. “Museologia sapatão”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 11, nº 21, 2022.

⁴⁵ Cf. SILVA, Joana Angélica Flores. *A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto*. Salvador: EdUFBA, 2017; CHEREM, Andressa Silva Lopes. *Identidades negras*

lugar de memórias de lésbicas interseccionadas. No caso dos museus Ibram, passo considerável foi a já citada inclusão da placa de Marielle Franco no Museu Histórico Nacional, primeiro acervo referente a uma mulher lésbica, periférica e negra em um museu Ibram, mas nada mais foi encontrado.

Ainda procuramos identificar se nos museus Ibram ocorre a inclusão em seus nomes, missões, exposições de longa duração e/ou musealização dos espaços a presença de pessoas com identidades de gênero trans. Excetuando a inclusão da diversidade de gênero na missão do Museu das Bandeiras (3,3%), não se encontrou outro ingresso trans — ou seja, aproximadamente 97% dos museus Ibram são ciscentrados.

A matriz de raça/cor/etnia vigente nos Museus Ibram

Após a geração de dados e análise dos indicadores de sexualidade e gênero, passamos a investigar as intersecções com as categorias raça/cor/etnia de modo focal, ao que se percebeu uma expressiva dedicação à branquitude nos seguintes museus Ibram:

- 1) Museu Villa-Lobos, dedicado a um homem branco; 2) Museu Victor Meireles, dedicado a um homem branco; 3) Museu Castro Maya, dedicado à família branca; 4) Museu Casa de Benjamin Constant, dedicado a homem branco; 5) Museu Cláudio de Souza, dedicado a homem branco; 6) Museu Lassar Segall, dedicado a homem branco; 7) Museu do Ouro/Casa de Borba Gato, dedicado a um homem branco e bandeirante em sua nomeação; 8) Museu Casa de Hera, dedicado à família liderada por homem branco; 9) Palácio Rio Negro, dedicado a homens brancos que presidiram o país; 10) Museu Imperial, dedicado à família imperial, branca; 11) Museu Nacional de Belas Artes, com maioria de artistas masculinos brancos; 12) Casa Geyer, dedicado à família liderada por homem branco; 13) Museu Regional de Caeté, com forte referência a personalidades monárquicas e políticas brancas; 14) Museu Regional Casa dos Ottoni, dedicado à família branca; 15) Solar Monjardim, dedicado à família branca; 16) Museu Histórico de Alcântara, em prédio construído por família escravagista; 17) Museu das Bandeiras, dedicado em sua nomeação a homens brancos, os bandeirantes; 18) Museu de Arte Sacra da Boa Morte, dedicado majoritariamente à obra do artista Veiga Valle, homem branco; 19) Museu Regional São João Del Rei, em casarão de família branca;

e museologia comunitária. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Museologia. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016; OLIVEIRA, Nutyelly Cena de. *Negras imagens (in)visíveis: um estudo sobre mulheres negras em exposições de arte em Goiânia*. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Museologia. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018.

Soma-se, assim, 63,3% (19/30) de museus Ibram onde há uma explícita ênfase a pessoas brancas em suas nomeações, missões, exposições de longa duração e/ou musealização dos espaços.

Há, também, uma evidente relação entre museus que interseccionam gênero cismasculino, heterossexualidade e branquitude — e também com classe, como se indicará mais adiante —, sendo praticamente as mesmas instituições que incorrem nestes conteúdos.

Por outro lado, foram identificados apenas dois museus que incluíram em suas missões elementos relacionados à questão indígena e negra, a saber: 1) Museu das Missões, que inclui a “Missão Jesuítica dos Guarani”; 2) Museu da Abolição, que inclui os “afrodescendentes”. O resultado, portanto, é apenas 1 museu para a questão indígena (3,3%), e somente outro para a questão afro (3,3%).

No caso do Museu das Missões, a questão indígena vem sendo tratada a partir de sua requalificação, iniciada em 2006, quando os incluiu como agentes históricos daquele processo na missão institucional.⁴⁶ Contudo, embora tenha sido criada uma nova sala de exposição na Casa do Zelador, onde foi possível inserir o conteúdo indígena, a sala principal, o Pavilhão Lucio Costa, segue apresentando o acervo do museu como obra jesuítica em modelo expositivo etnocêntrico e racista datado da década de 1940.⁴⁷ Ao mesmo tempo, os guaranis contemporâneos seguem vendendo artesanato no chão do alpendre do Pavilhão Lucio Costa sem terem um local digno para tal comercialização, no que talvez seja a prática racista contra indígenas mais antiga em um museu Ibram.

O exemplo do Museu das Missões vale para outras unidades: embora suas missões tenham sido reescritas em perspectivas contemporâneas, as exposições de longa duração ou a musealização dos espaços segue comprometida com modelos coloniais.

No que diz respeito à população negra queer, encontramos atividades apenas no Museu da Abolição, no Museu do Diamante e no Museu Histórico Nacional. Conforme já citado anteriormente, o primeiro ao abrir suas portas para as Ball Culture, o segundo em atividades realizadas com artistas negras queer e o terceiro em virtude da placa de Marielle Franco.

⁴⁶ BOTELHO, André Amud; VIVIAN, Diego; BRUXEL, Laerson. *Museu das Missões*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2015.

⁴⁷ BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. “Patrimônios indígenas nos 80 anos do Museu das Missões: etno-história e etnomuseologia aplicada à imaginária missional”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 14, nº 1, 2019, p. 189-205.

Já quanto aos indígenas interseccionados, nada consta: sem que se considere a colonização de suas corporalidades, os povos originários são cis e heterossexualizados compulsoriamente a partir das categorias de gênero e sexualidade próprias do Ocidente, replicando-se, assim, o sistema de representação dos indígenas cis e hétero-centrados.⁴⁸ Esse sistema está sendo superado por diversos museus do mundo na medida em que substituem o binarismo do *aos homens os arcos, às mulheres os cestos* pelas performances queer indígenas, tal como se vê quando Kent Monkman percorre os museus canadenses e Tiago Costackz os museus brasileiros, para citar dois exemplos de *indígenas transviadas em retomada*.⁴⁹ Este movimento de corporalidades indígenas perseguidas desde a invasão europeia indica que atividades voltadas aos povos originários também podem ser potentes aliadas na superação da LGBTfobia.

A importância de aliar o debate queer ao étnico-racial deve-se ao fato de que, em interseções de pessoas quilombola ou indígena, estas sofrem pressões que atingem os territórios tradicionais, tais como a luta pela terra, acesso à saúde/educação, valorização da comunidade e defesa do meio ambiente, entre outras particularidades. Reside, aí, mais uma potencialidade de uma guinada queer interseccional e decolonial nos museus: a possibilidade de que ao transitar entre as encruzilhadas identitárias interseccionadas, o dia a dia do fazer museal colabore em amplas frentes em defesa pela vida.

Vale apontar que somente no Museu da Inconfidência foi encontrada uma sala dedicada exclusivamente a uma personalidade não-branca e com deficiência, Alejandrinho, único a reunir tais interseções em um museu Ibram.

Matriz de classe vigente nos museus Ibram

Até aqui demonstramos as interseções relativas à sexualidade, gênero e raça/cor/etnia vigentes nos museus Ibram. Tais marcadores foram inferidos, ou seja, não se apresentam de modo explícito nas nomeações, missões, exposições de longa duração e/ou musealização dos espaços. Quanto ao marcador de classe, há uma diferença: os discursos costumam apontar, com orgulho, que, de fato, as unidades se dedicam a uma determinada elite dominante.

⁴⁸ BAPTISTA, Jean. “Entre o arco e o cesto: notas queer sobre indígenas heterocentros nos museus e na museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 61, nº 17, 2021.

⁴⁹ Cf. ROCA, Andrea. “‘Eu quero o país que não está no retrato’: a pintura histórica de Kent Monkman”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 56, 2022, p. 1-26; BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. “Por uma história queer indígena: uma retomada transespécie”. In: *Novas fronteiras das histórias LGBTIA+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023 (no prelo).

Adjetivos como “abastados”, “ilustres”, “ricos” ou “destacáveis”, acompanhados de profissões de alto prestígio (como médicos, acadêmicos, advogados, políticos, fazendeiros ou títulos militares), repetem-se em várias instituições Ibram para descrever as famílias que habitaram os prédios hoje musealizados. Outros adjetivos como “luxo”, “riqueza” e “opulência” aplicam-se aos móveis e à decoração. A escolha por musealizar espaços como sobrados, casarões, palacetes, palácios, mansões, fortes e templos católicos também indica uma predileção por elites marcadas pela ostentação. Dois exemplos entre tantos: o Museu Casa da Hera, onde a família Teixeira Leite, integrante da “aristocracia cafeeira”, é descrita na missão da instituição como "abastada, engajada e vanguardista"; e o Museu Casa dos Ottoni, justificável enquanto aparelho público pelo fato de ter pertencido a uma rica família monarquista.

O enfoque excessivo no acúmulo material próprio do capitalismo acaba por escamotear outras histórias e memórias, como a expropriação de terras indígenas, a escravização de pessoas negras, genocídios diversos e a exploração deliberada da classe trabalhadora, ainda que assalariada. Não encontramos nenhuma nomeação, missão, exposição de longa duração ou musealização de espaço que relacionasse de modo decolonial a riqueza acumulada pelos sujeitos majoritários à exploração humana que forçosamente a produzia. Como ocorre no Museu Imperial, sequer há um contraponto relativo a essas temáticas apesar da abundância do tema em seu acervo, salvo quando se apresenta a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, invertendo-se, assim, o foco da discussão.⁵⁰ Em todos os casos, o que se afirma é que a memória e história que vale ser preservada é a da elite branca, cercada de privilégios e luxos, como se essas riquezas viessem de benesses divinas ou lhes fossem de direito natural.

Nesse sentido, identificamos os seguintes museus com vínculos à memória da elite, em especial a partir de suas nomeações, missões, exposições de longa duração e/ou musealização dos espaços:

- 1) Museu Casa da Hera, dedicado à elite econômica;
- 2) Museu Nacional de Belas Artes, dedicado à elite artística;
- 3) Museu Casa de Benjamin Constant, dedicado à membro da elite militar;
- 4) Museus Castro Maya, dedicado à elite política e econômica;
- 5) Palácio Rio Negro, dedicado à elite política;
- 6) Museu de Arte Religiosa e Tradicional, dedicado à elite religiosa;
- 7) Museu de Arte Sacra de Paraty, dedicado à elite religiosa;
- 8) Museu Imperial, dedicado à elite monárquica;
- 9) Museu da República, em que boa parte de seu acervo

⁵⁰ RODRIGUES, Cinthia de Almeida. “Um olhar para o século XIX a partir do Museu Imperial de Petrópolis”. *Anais do 31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, Jun. 2021, p. 1-17.

tradicional é dedicado às elites políticas; 10) Casa Cláudio de Souza, dedicado à elite econômica e intelectual; 11) Casa Geyer, dedicado à elite econômica e política; 12) Museu Villa-Lobos, dedicado à personalidade da elite artística; 13) Museu Regional Casa dos Ottoni, dedicado à elite política e econômica; 14) Museu Victor Meirelles, dedicado à elite artística; 15) Museu Solar Monjardim, dedicado à elite política e econômica; 16) Museu Lasar Segall, dedicado à elite artística; 17) Museu Histórico de Alcântara, que reproduz a casa de uma família de elite do século XVIII e XIX; 18) Museu Regional São João Del Rei, em casarão da família João da Silva Mourão; 19) Museu Regional do Caeté, em sobrado de família monárquica; 20) Museu da Inconfidência, uma vez que a classe dos revoltosos era vinculada à elite da época; 21) Museu Casa da Princesa, sediado em palacete que pertenceu à elite política.

Assim, 70% (21/30) museus Ibram vinculam-se de algum modo às elites monárquicas, políticas, econômicas, artísticas e/ou militares. Se considerarmos os quatro museus de arte sacra enquanto dedicados à elite religiosa católica, alcança-se o valor de 83,3% (25/30).

No que diz respeito às elites religiosas, chama a atenção que há somente instituições dedicadas à igreja católica, não havendo qualquer unidade de outra orientação. Por outro lado, encontramos incontáveis esforços locais em inserir outras religiões nos museus Ibram por parte das equipes, como ocorre com a inclusão do acervo Nosso Sagrado no Museu da República.⁵¹

Já quanto às elites artísticas, repetem-se os dados apresentados nos indicadores de sexualidade, gênero e cor/raça/etnia, ou seja, todos os contemplados são cis, homens, heterossexuais, brancos e ricos.

Mediante excessivo foco na riqueza acumulativa deste perfil social, não encontramos o estabelecimento de qualquer relação com a população LGBTQIA+ interseccionada.

Considerações finais

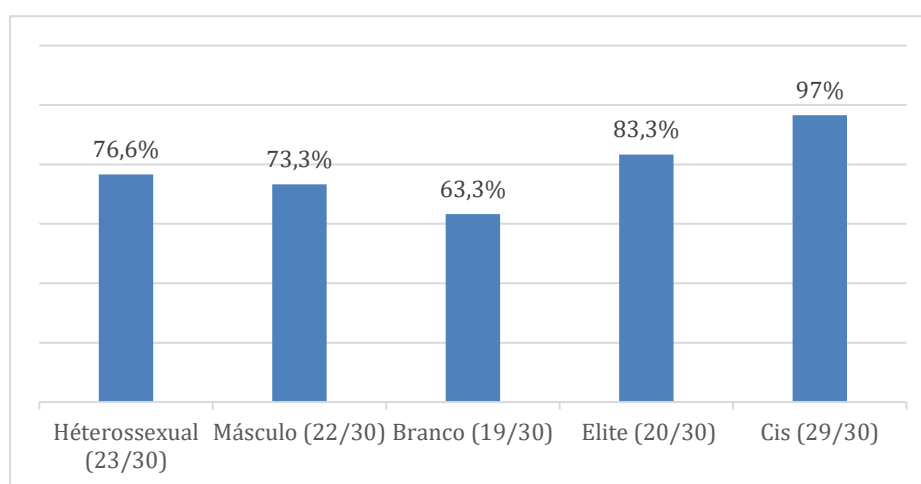
Vale apontar, mais uma vez, que os trabalhos das equipes nas unidades museológicas e na sede do Ibram não se restringem às matrizes que até aqui demonstramos vigorar na autarquia. Em verdade, as equipes atuam em esforços que tentam contornar esse cenário por meio de uma série de ações, como exposições de curta duração, conexões comunitárias, eventos, ações educativas ou reescritas dos planos museológicos (não raro

⁵¹ OXUM, Mãe Meninazinha de; IANSÃ, Mãe Nilce de; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario. “A chegada do nosso sagrado no Museu da República: ‘a fé não costuma faia’”. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021, p. 73-102.

comprometidos com a diversidade social e cultural). Contudo, entendemos que não cabe somente às equipes a superação de tais traumas, mas, sobretudo, ao Ibram enquanto gerador de políticas públicas para o campo. Ou seja, o que estamos discutindo aqui é o conteúdo histórico dessas instituições, boa parte ascendentes até mesmo ao surgimento do Ibram, e suas representações que seguem a vigorar apesar das décadas que já se passaram desde suas fundações. Requalificações não podem afetar os documentos oficiais e ações conjunturais, mas, sobretudo, precisam alcançar os nomes das instituições, as missões, exposições de longa duração e a musealização dos espaços. E isto somente é possível ser realizado com segurança pela própria equipe caso haja um conjunto de políticas públicas construídas justamente por aqueles sujeitos que estão exilados de suas próprias memórias e histórias, e não por aqueles que até o momento são privilegiados pela colonialidade.

Dito isso, demonstramos ao longo desta pesquisa que 76,6% (23/30) dos museus Ibram são estruturalmente hétero-centrados, 73,3% (22/30) são generificados a partir de uma perspectiva másculo-centrada, 63,3% (19/30) dedicam-se objetivamente à branquitude e 83,3% (25/30) se justificam por vínculos às elites nacionais. Ainda, considerando que apenas um museu Ibram contempla em sua missão a diversidade de gênero, pode-se inferir que aproximadamente 97% dos demais são centrados na identidade cisgênera.

Gráfico 1. Matriz de sexualidade, gênero, raça/cor/etnia e classe nos museus Ibram



Fonte: Elaborado pelas autorias (2023).

Em contraponto, apenas 3,3% (1/30) dos museus Ibram inclui em sua missão a categoria “diversidade sexual” e “gênero”. Ademais, apenas 3,3% (1/30) museus Ibram se

dedicam a indígenas e 3,3% (1/30) à população “afrodescendente”. Dentre as 30 unidades museológicas do Ibram analisadas, não há relação decolonial com nenhuma nomeação, missão, exposição de longa duração ou musealização do espaço com quilombolas, ribeirinhos, ciganos ou judeus, interseccionados ou não, bem como a outras classes que não a elite – ou seja, não existem museus Ibram dedicados a pobres, favelados e periféricos.

A partir dos dados coletados e analisados em uma perspectiva queer interseccional tendo em vista uma decolonização dos museus Ibram, pode-se concluir que a matriz predominante na autarquia é cis, heterossexual, máscula, branca e elitista.

Os dados também tornaram possível definir qual o modelo de família que está presente nos museus Ibram: uma família cis, heterossexual, branca, rica e liderada por homens rodeados de mulheres subalternas progenitoras de filhos.

Entre outras possibilidades, é possível apontar a partir destes resultados que a masculinidade hegemônica é representada nos museus Ibram como fenômeno supostamente natural da sociedade — ignorando, com isso, que se trata de uma escolha política por uma determinada forma colonial de pensar museologia, história e memória.

Do mesmo modo, é possível relacionar os baixos valores alcançados nos museus Ibram aos indicadores sociais relativos ao extermínio da população LGBTQIA+, feminina, negra, indígena, quilombola e pobre — ou seja, contrariando a aparente missão de preservação que o Ibram deveria possuir, a não representação na autarquia acaba por servir de indicativo de vulnerabilidade social.

No que diz respeito ao lugar da população LGBTQIA+ interseccionada, a ausência é estrutural. Sem respostas do Ibram às solicitações da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social e da Rede de Cientistas e Docentes do Campo da Museologia, encontrou-se somente seis das trinta instituições com alguma atividade relacionada à minoria em questão. As contribuições promovidas pelo Museu das Bandeiras, Museu da República, Museu Victor Meirelles, Museu Histórico Nacional, Museu do Diamante e Museu da Abolição em ações contra LGBTfobia são históricas e merecem ser reconhecidas como fundamentais para o desenvolvimento da museologia comprometida com uma sociedade mais justa, em especial tratando-se do Brasil e do contexto de enfrentamento a setores fascistas representativos. Contudo, esses exemplos não podem de modo algum servir para compensar a falta de políticas públicas e representatividade da população LGBTQIA+ interseccionada no Ibram.

Consideramos também que a ausência da questão LGBTQIA+ como temática na política pública do Ibram contribui para o fortalecimento da LGBTfobia no país. Em

sucessivos exemplos, como ocorreu durante as comemorações pelo bicentenário da independência, mais uma vez nenhum museu da autarquia abordou a temática LGBTQIA+. O recado é claro: a comunidade LGBTQIA+ não integra a história e memória do Brasil, não pertence à sociedade e não merece ter seus ancestrais rememorados. Tal postura, expressão máxima do pacto LGBTfóbico assentado entre heterossexuais de todos os espectros políticos, ideológicos e filosóficos, apenas fortalece discursos radicais que pregam nosso extermínio.

P. S. Este artigo somente pôde ser confeccionado na medida em que diversas pessoas prestaram valiosas contribuições no desenvolvimento de sua pesquisa. Agradecemos a Luciana Palmeira Cardoso, Tais Valente, Mirela Leite Araújo, Rafael Muniz, Aline Montenegro e André Botelho.